

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE OURO PRETO – MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO: GRAÇA MARIA BORGES DE FREITAS



Lei de Criação nº 6.563, de 19-9-1978 Data da instalação: 18-5-1979 Data de implantação do PJe: 2-7-2015

Jurisdição: Ouro Preto, Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Itabirito e Mariana.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 21-5-2019, p. 4.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h10min do dia dezoito de junho de 2019, o Excelentíssimo Desembargador Dr. Rogério Valle Ferreira, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Ouro Preto, situada na Rua Professor Paulo Magalhães Gomes, 15, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. Graça Maria Borges de Freitas; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Lúcia Pardo Dearo; pelos servidores Carlos Roberto Rodrigues, Cláudia Ferreira de Araújo, Cláudio Resende, Evandro Antônio da Silva, Hassey Guimarães Clara, Luciana Carvalho Figueiredo, Márcia Carvalho Nassif, Maria Hercília de Grammont Machado de Araújo Mapa, Maurício Resende Silva, Rosane Ribeiro de Souza, Vera Lúcia Carvalho Dornellas Macedo e Vera Lúcia Laia e pela estagiária Nanna Figueiredo Oliveira. Ausentes a MM. Juíza Auxiliar, Dra. Flávia Fonseca Parreira Storti, em razão de férias regulamentares e as servidoras Elaine Lopes de Macedo Góis, em licença médica e Kamila Figueiredo da Silva, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- 1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 714 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 14-6-2019, apurando-se a média de 7,3 processos por dia útil.
- 1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS A Vara recebeu 66 cartas precatórias até o dia 14-6-2019, das quais 30 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.
- 1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS A Vara expediu 148 cartas precatórias até o dia 14-6-2019, das quais 27 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.
- **1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** Existe o registro de 852 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 294 processos foram remetidos até o dia 14-6-2019.
- 1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO Há 150 autos de processos com carga para a Dra. Graça Maria Borges de Freitas, dentre eles com



excesso de prazo para prolação de sentença ou decisão em embargos de declaração os processos abaixo indicados:

Processo	Pendente desd	
0010436/17 *	12-04-2019	
0010567/15	25-04-2019	
0010934/16	25-04-2019	
0010161/19	02-05-2019	
0010230/19	02-05-2019	
0010073/19	02-05-2019	

^{*} O processo ExTac0010436/17 em que são partes o Ministério Público da União e outros X Samarco Mineração S.A., encontra-se na caixa Minutar Sentença – "Exec", pendente deste 12-4-2019 – evento 55204440.

Para decisão de embargos de declaração, com carga para a Dra. Graça Maria Borges de Freitas, com excesso de prazo, observado o artigo 1.024 do CPC, os processos abaixo:

Processo	Pendente desde	
0012094/16	06-05-2019	
0010657/17	09-05-2019	
0012011/16	11-05-2019	
0011524/16	21-05-2019	
0011608/16	21-05-2019	
0011728/16	21-05-2019	
0010067/19	24-05-2019	
0012066/17	27-05-2019	
0011056/16	30-05-2019	
0010708/17	31-05-2019	
0011617/17	03-06-2019	
0010804/18	05-06-2019	
0011899/17	07-06-2019	



- **1.6. CARGA PARA ADVOGADOS** Existem 108 autos de processos físicos com carga, das quais 69 vencidas e cobradas, devendo a Secretaria da Vara verificar as baixa nas cargas dos processos eventualmente devolvidos e efetuar nova cobrança.
- 1.7. CARGA PARA PERITOS Constam 6 autos de processos físicos com carga, das quais 6 vencidas e cobradas, devendo a Secretaria da Vara verificar as baixa nas cargas dos processos eventualmente devolvidos e efetuar nova cobrança. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 343 processos com perícia designada e 200 processos pendentes de aprovação pela Secretaria da Vara.
- **1.8. MANDADOS EXPEDIDOS** Constam 45 mandados expedidos em processos físicos e 1.701 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 2 pendentes de cumprimento em processos físicos e 45 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.
- 1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS Há 67 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, dos quais 35 com mais de 30 dias para cumprimento da determinação judicial.
- **1.10. PROCESSOS ADIADOS** *SINE DIE* Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 33 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Examinados os processos, 7 deles aguardam decisão do STF ou em outro feito. No PJe1, na pasta "Análise do Conhecimento", existem 26 processos aguardando a inclusão em pauta, nos quais o reclamante é o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Ferro e Metais Básicos de Mariana e o reclamado é a Samarco Mineração S.A. Determina o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que os processos sejam conclusos à magistrada para exame da sua inclusão em pauta.

Por amostragem, foram examinados 2 processos dos 26:

- 0011058/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 0945e0e (sem movimentação há mais de 30 dias);
- 0011059/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 72136cc (sem movimentação há mais de 30 dias);
- 1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO a taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016, de 38,88% em 2017 e de 36,69% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 39%.



1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1°-1-2019 até 14-6-2019) (fonte: e-Gestão)

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	284
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	2
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	1.019
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	136

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Saldo de processos do item 377 no final do período de referência	35
	Saldo de processos do item 90377 no final do período de referência	1.897



3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
julgamento conclusos		Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	
		Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	1076
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	

- **1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** Existem 2.251 processos em fase de execução, assim discriminados:
- a) 1.544 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 705 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2019 até 14-6-2019.

No ano 2018, até dia 14-6 havia 2.024 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.265 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 3 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 756 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016, de 68,91% em 2017 e de 64,28% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 59%.



- **1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 11-6-2019, existem 496 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.
- 2. PROCESSOS EXAMINADOS Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 18-6-2019 havia 20 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 7 processos;
- b) procedimento ordinário: 4 processos;
- c) instrução: 6 processos;
- d) instrução (rito sumaríssimo): 1 processo;
- e) tentativa de conciliação na fase de execução: 1 processo;
- f) tentativa de conciliação na fase de conhecimento: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010679/19, 0010681/19, 0010683/19, 0010077/17, 0010620/19, 0010617/19, 0010518/19, 0010519/19, 0011982/17 e 0012361/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010679/19, 0010681/19, 0010518/19 e 0010519/19: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias.
- 2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos 0010652/19, 0010555/19, 0010554/19, 0010553/19, 0010552/19, 0010455/19, 0010381/19, 0010378/19, 0010339/19, 0010201/19, 0010405/18, 0011382/18, 0010511/18, 0011086/18, 0011087/18, 0012126/17, 0010267/19, 0010671/19, 0010970/17, 0011053/17, 0010333/17, 0012528/16, 0010033/17, 0010688/17, 0011673/16, 0010643/17, 0011723/17, 0010074/17, 0010080/18, 0010177/19, 0010278/19, 001285/19, 0010359/19, 0011468/16, 0011533/16, 0012094/16, 0011722/17, 0010657/17, 0011473/16, 0011524/16, 0011474/16, 0010159/17, 0010615/17, 0010935/16, 0012222/16, 0011929/17, 001088/15, 0010036/18, 0010702/17, 0011528/17, 0011116/17, 0011786/17, 0010414/17, 0012183/17, 0011440/17, 0011443/17, 0010430/19, 0010262/19, 0010613/19, 0010327/19, 0010627/19, 0010582/19, 0012069/17, 0011134/15, 0010538/19 e 0010374/19.



RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010278/19, 0010268/19, 0010055/19, 0010189/19, 0010259/19, 0010430/19, 0010262/19
 e 0010327/19: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0010555/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id 208622b (mais de 10 dias);
- 00100554/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento
 Id a6d76f6 (mais de 10 dias);
- 0010553/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id b2cb5b6 (mais de 10 dias);
- 0010552/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 evento 57467600 (mais de 10 dias);
- 0010381/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 2d4f95d (mais de 10 dias);
- 0010378/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id deb562a (mais de 10 dias);
- 0010339/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id 2a13088 (mais de 20 dias);
- 0010201/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento –
 Id 9cf6ece (sem movimentação há mais de 30 dias);
- 0010970/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 6e696cb (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0012528/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id e1cd9ea (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0011723/17-0069: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial Id ecfc1b8 (sem movimentação há mais de 40 dias);
- 0010278/19: citação por mandado, Id 1db5ed7, contrariando a Portaria Conjunta GP/GCR
 N. 21/19, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial com Aviso de Recebimento;
- 0011468/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial Id 42fff5c (sem movimentação há mais de 10 dias);



- 0011533/16: excesso de prazo para prolação de sentença Id 73caae2 e excesso de prazo para decisão de embargos de declaração sem movimentação evento 55989944 Dra. Graça Maria Borges de Freitas;
- 0012094/16: excesso de prazo para decisão de embargos de declaração- sem movimentação
 evento 56120403 Dra. Graça Maria Borges de Freitas;
- 0011722/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 4c95439 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0010657/17: excesso de prazo para prolação de sentença Id 9539bf3 e excesso de prazo para decisão de embargos de declaração -sem movimentação – evento 56381859 - Dra. Graça Maria Borges de Freitas;
- 0011473/16: excesso de prazo para prolação de sentença Id 0f5d885 e excesso de prazo para decisão de embargos de declaração -sem movimentação – evento 56432448 - Dra. Graça Maria Borges de Freitas;
- 0011524/16: excesso de prazo para decisão de embargos de declaração -sem movimentação
 evento 56974187 Dra. Graça Maria Borges de Freitas;
- 0011474/16: excesso de prazo para prolação de sentença Id 72dee5a Dra. Graça Maria Borges de Freitas;
- 0011941/17: excesso de prazo para prolação de sentença Id 18dc2f4 Dra. Graça Maria Borges de Freitas;
- 0010159/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id bd9765f (mais de 10 dias), Id e188805 (mais de 10 dias), impulso oficial – Id 4246bfe (sem movimentação há mais 80 dias);
- 0010615/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id e4cac81 (mais de 40 dias), Id 0eb6ce3 (mais de 10 dias), cumprimento Id 24a28de (mais de 20 dias), impulso oficial Id 067cbac (sem movimentação há mais 10 dias);
- 0010935/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id 6db8008 (mais de 30 dias), impulso oficial Id 80b7c28 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0012222/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 1e2f8c9 (mais de 140 dias);
- 0011929/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id a58bee2 (mais de 100 dias), impulso oficial Id 23cddfc (sem movimentação há mais 10 dias);



- 0010036/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 8660f05 (mais de 10 dias);
- 0010702/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id 9090b9c (mais de 30 dias), despacho Id ae7ee67 (mais 10 dias); cumprimento Id dc02fcf (mais de 30 dias), Id 29f6536 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0011528/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento –
 Id 8c8b6a4, Id 869073c e Id 46bcd1d (mais de 10 dias), Id cc855a7 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0011116/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id 53d00dc (mais de 60 dias), Id 3576639 (mais de 20 dias);
- 0011786/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 00cbb4f (mais de 20 dias);
- 0010414/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id 819f5d2 (mais de 20 dias), Id cd65ab0 (mais de 80 dias), Id cd65ab0 impulso oficial (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0012183/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id 40bc5a6 (mais de 10 dias);
- 0011440/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 27a5032 (mais de 30 dias);
- 0011443/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 48f26e4 (mais de 30 dias);
- 0012069/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 57081479 (mais de 20 dias).

Recomenda-se as MM. juízas que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL — Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 inquérito judicial em tramitação.

Examinados os autos do processo 0010654/19 constatou-se que encontra-se com audiência de instrução designada para o dia 25-7-2019.



- 2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis públicas em tramitação.
- **2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2017	2018	2019
Procedimento sumaríssimo	66	31	20
Procedimento Ordinário	104	54	22
Instrução processo físico	822	1.123	1.556
Instrução processo eletrônico	186	300	315

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	- rop omioni	amar ar I ama	
	2017	2018	2019
Procedimento sumaríssimo	40 dias corridos	16 dias úteis	9-7-2019 - 14 dias úteis
Procedimento Ordinário	53 dias corridos	13 dias úteis	5-7-2019 - 12 dias úteis
Instrução	803 dias corridos	659 dias úteis	12-5-2021 - 429 dias úteis

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2019 até 14-6-2019).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença – procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença – procedimento sumaríssimo (item 90271)	324	90
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 272)	1	1.556
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	501	512

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – procedimento sumaríssimo (item 359)	21	1.457
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – procedimento sumaríssimo (item 90359)	201	174
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	69	1.322
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	317	221

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	79	1.608
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	38	386
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	17	1.345
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	3	296



No ano 2018, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2018	Média/dia útil
Julgados procedentes	76	0,34
Julgados procedentes em parte	800	3,57
Julgados improcedentes	121	0,54
Extintos com resolução de mérito	7	0,03
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	1.004	4,48
Extintos sem resolução de mérito	69	0,31
Arquivamento	59	0,26
Desistência	63	0,28
Outras decisões sem exame de mérito	1	0,004
Total sem exame de mérito	192	0,86
Decisões de conhecimento	1.196	5,34
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	359	1,60
Decisões na fase de execução	63	0,28
Total	1.618	7,23



4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em maio de 2019, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	11	0,5
Conciliação em execução	36	1,64
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0
Inicial	45	2,04
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução	136	6,19
Instrução (rito sumaríssimo)	0	0
Una	140	6,36
Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	368	17

No mês de maio de 2019, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 123 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 39 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 47 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, quando atua uma juíza as audiências são realizadas de segunda-feira a quarta-feira, a partir das 8h20min e/ou 13 horas, com pauta dupla de terça-feira a quarta-feira. Quando atuam as duas juízas as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h20min e/ou 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.



Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a quarta-feira.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 900 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

5. PRODUÇÃO -

Movimentação Anual de Processos		
•	2017	2018
Processos recebidos	2.442	1.345
Média por dia útil	11	6
Processos remanescentes do ano anterior	2.400	2.097
Sentenças anuladas	9	15
Total de processos para solução	4.851	3.547
Processos solucionados	2.782	1.925
Processos conciliados	973	729
Produção	57,35%	55,68%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 44,92% em relação ao número de processos recebidos no ano 2017. Quanto à produção, verificou-se que em 2018 houve uma diminuição de 1,67%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST) – instituído no âmbito do TRT da 3ª Região por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR N. 104, de 18 de dezembro de 2018, o Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST), que substitui o MGD, é um indicador que foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do CSJT com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o País e busca auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível e se alinha às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT da 3ª Região. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.



MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2019 até 14-6-2019)

1) Indicador Taxa de Conciliação (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	229
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	853

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	853
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	726

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	229
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	157

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1°-1-2019 até 14-6-2019)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	1.932
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	705



2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.995
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	192

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2019 até 14-6-2019)

1) Indicador Produtividade por Servidor (II1): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	705
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	192
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	16

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	1.932
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.995
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	16



	Perfii da Vara do Trabalho		Ouro Preto - 0 Vara
Indica	dores / Período de referência	Ano 2018 01/01/2018 a 31/12/2018	1° trim 2019 01/04/2018 a 31/03/2019
	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,75	1,53
	I02 - Pendentes	4.604	4.537
Indicadores	103 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	7,09	1,84
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	374,55	376,49
	105 - Prazo médio na liquidação (em dias)	308,24	336,44
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.886,63	1.703,74
	I07 - Taxa de conciliação (%)	37,87	37,47
	I08 - Taxa de solução (%)	141,54	137,65
	I13 - Taxa de execução (%)	83,64	84,35
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	52,06	48,72
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	85,46	83,55
	II1 - Produtividade por servidor	130,06	144,81
	I12 - Pendentes por servidor	234,06	238,50
	Acervo	0,81	0,84
	Celeridade	0,72	0,69
Meso	Produtividade	0,51	0,52
	Congestionamento processual	0,81	0,81
	Força de trabalho	0,70	0,70
Macro	IGEST	0,7085	0,7125
	Posição IGEST	157	158
N	lovimentação processual	2001 a 2500	2001 a 2500

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.488.459,56	R\$69.702,74



- 7. PORTARIAS De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias1/2007, que trata de atos ordinatórios; 1/2013, que dispõe sobre o cumprimento de mandados; 1/2017, sobre a conversão de processos físicos em processos eletrônicos no módulo CLE; 2/2017, que regulamenta a assinatura em guias de depósitos para recebimento de acordo e a 3/2017 relativa ao remanejamento de pauta da audiência inicial dos processos do rito sumaríssimo.
- **8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que havia 16 ordens de bloqueio do BACEN JUD pendentes na Vara do Trabalho, devendo a Secretaria fazer os processos conclusos à magistrada.
- **9. DA SECRETARIA** Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 81 autos de processos, sendo que em 30 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58 de 13 de outubro de 2016 e suas posteriores alterações.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais foram entregues à Secretária da Vara nesta data. Também foram entregues as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

- 1) excluída a informação do Escaninho Petições não apreciadas do PJe 2 tão logo a tarefa correspondente seja executada, evitando-se o acúmulo desnecessário de informações, atentando-se principalmente para exclusão de petições assinaladas como Petições urgentes e como Prioridade Processual;
- exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 4) realizado o correto lançamento da movimentação processual, visando o fornecimento de dados para o sistema e-Gestão;



- 5) verificadas as baixas nas cargas dos processos físicos de peritos, advogados e contadoria eventualmente devolvidos e efetuar nova cobrança;
- 6) verificadas e efetuadas as baixas nas cartas precatórias expedidas observando que recebido o resultado pelo Malote Digital, deve ser acessada a opção "Processos>outras ações>lançar movimentos";
- 7) verificados os lançamentos nos processos incidentais à fase de execução, em razão dos dados apurados no item 1.14 desta Ata;
- 8) observada a Portaria Conjunta GP/GCR N. 21/19, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial com Aviso de Recebimento;
- 9) conclusos à magistrada os processos existentes no PJe1, na pasta "Análise do Conhecimento", conforme item 1.10 desta Ata;
- 10) conclusos à magistrada os processos pendentes do Bacen Jud;
- 11) as decisões proferidas no prazo do artigo 226, III, do CPC, sem a dilação de 48 horas a que se refere o artigo 851, §2° da CLT;
- 12) os embargos de declaração julgados no prazo do artigo 1.024 do CPC;
- 13) julgados, pela MM. Juíza Titular da Vara, em até 10 dias, os processos identificados no item 1.5, oficiando a Corregedoria Regional;
- 14) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt3.jus.br/acs/documentos/11_manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g .pdf;
- 15) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 16) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução de rito ordinário, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição;
- 17) acompanhada pela MM. Juíza Titular da Vara a regularização, em até 10 dias, dos processos encontrados sem movimentação, mantendo controle sobre os prazos da Secretaria da Vara.



A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2018:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;
- 3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: https://www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf;
- 4) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 da Ata;
- 5) realizada redução do volume dos processos de execução ..
- A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

Em 2018, quando a Meta era "julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período" esta unidade organizacional atingiu o percentual de 154,60% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 140,18%.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o percentual alcançado foi de 112,74% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 114,79%.



Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1° e 2° graus.

Em 2018, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1° grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 104,54%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1° grau foi de 103,57%.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o percentual alcançado foi de 72,01% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,57%.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017;

Em 2018, quando a Meta era "aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp)", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 78,20% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 84,01%.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o percentual alcançado foi de 30,45% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 43,94%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2018, quando a Meta era "baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 50,12%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, não tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 115%, considerando os valores apurados no sistema de lançamentos de metas nacionais do CNJ e no SIGEST/CSJT.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o percentual alcançado foi de 79,04% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 105,28%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1° grau.

Em 2018, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2018 tendo cumprido a Meta, sendo que para ao atingimento da meta era necessário que o valor fosse maior ou igual a 100% sendo que o resultado deste Regional no 97,69%.



No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o percentual alcançado foi de 102,04% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 93,88%.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2018, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%)", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 374 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 217 dias. Observa-se que a meta em 2018 era de 147 dias. Assim, o percentual cumprimento da Meta foi de 254,80%, não tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 147,64%.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o tempo médio alcançado foi de 344 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 230 dias.

- 12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.
- 13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA Conforme o artigo 12, parágrafo 3°, da Resolução Conjunta n° 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9° da Resolução n° 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto n° 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP n° 7, de 3-10-2013.
- **14. OBSERVAÇÕES FINAIS** A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidado, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.



Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo jui so da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia dezoito de junho de 2019, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior , Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente exerso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara e pela Secretária da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Jânio Júlio Fernandes e José Múcio Antônio Lambertucci.

Rogério Valle Ferreira Desembargador Corregedor do TR 3ª Região

Graça Maria Borges de Freitas Juíza do Trabalho Titular da 7ara

Lúcia Pardo Dearo Secretária da Vara do Trabalho